

CONCURSO PÚBLICO

008. PROVA OBJETIVA

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO | ESPECIALIDADE: ENGENHARIA CIVIL

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **12**.

Hora do pesadelo

O carnaval de rua veio para ficar. O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644, 180 a mais do que no ano passado. Haverá 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade. São dados que mostram a potência econômica e turística desse evento para a cidade. Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível, não apenas para os milhares de participantes mas também para os que, malgrado não queiram participar da festa, são obrigados a conviver com seus efeitos mais danosos – sejam as interdições que obrigam moradores a alterar drasticamente sua rotina de deslocamentos, seja a incivilidade de muitos dos foliões.

O potencial econômico dos desfiles carnavalescos ajuda a explicar o exponencial crescimento dos blocos e a atração de cada vez mais turistas. Esse gigantismo pode representar ganhos para a cidade, mas é um enorme desafio para a Prefeitura. A julgar pela experiência dos anos anteriores, o ambiente para os foliões tem sido em geral satisfatório. O problema é que a Prefeitura tem sido incapaz de oferecer o mesmo tratamento àqueles – grande maioria – que não estarão nos desfiles. Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, que vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa.

Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. Paulistanos tornam-se reféns dentro de suas próprias casas, tendo de suportar, dia e – principalmente – noite, a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público.

Ao mesmo tempo que aceita e estimula a expansão do carnaval de rua na cidade, a Prefeitura tem demonstrado escassa capacidade para coibir o comportamento selvagem dos que abusam do direito de se divertir na festa. Mas as vítimas desse descaso começam a reagir.

Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”. Além disso, “a estrutura de forças de segurança local não comporta eventos dessa magnitude” e “haverá multidões apertadas no calor”, com “barulho, sujeira, urina e vandalismo”, sem falar no cerceamento do direito de ir e vir e no prejuízo ao comércio – que inclui a Ceagesp.

A Prefeitura aparentemente aceitou parte dos argumentos, ao dizer que cancelou o desfile na Avenida Gastão Vidigal “por motivo de organização e otimização dos espaços públicos”. A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval – período no qual, para muitos, a lei e as regras de civilidade deixam de valer.

(Editorial, “Hora do pesadelo”. <https://opiniaio.estadao.com.br>. 16.02.2020. Adaptado)

01. Analisando-se o título do texto, conclui-se corretamente que o editorial foi elaborado para enfatizar a perspectiva
- (A) dos paulistanos prejudicados pela Prefeitura, que desistiu “de incluir a Avenida Gastão Vidigal no circuito dos blocos”, pontuando-se ao longo dele que o turismo no carnaval paulistano não cresce, apesar dos contínuos estímulos da Prefeitura.
 - (B) das pessoas contrárias à ideia de que o carnaval “vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa”, pontuando-se ao longo dele que o carnaval é uma festa popular que deveria ser banida da cidade de São Paulo.
 - (C) da Prefeitura, que está preocupada com “a potência econômica e turística desse evento para a cidade”, pontuando-se ao longo dele que os cidadãos paulistanos suportam o carnaval em razão dos benefícios culturais e econômicos.
 - (D) dos turistas que vão a São Paulo, onde os desfiles “significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas”, pontuando-se ao longo dele que as festas populares, como o carnaval, ano a ano, expõem os cidadãos à violência.
 - (E) dos paulistanos “que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval”, pontuando-se ao longo dele que a Prefeitura de São Paulo estimula um evento de grande proporção que não tem como gerir plenamente.
02. Assinale a alternativa em que, nos dois trechos transcritos do texto, predomina a sequência tipológica argumentativa.
- (A) O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644... (1º parágrafo); Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”... (5º parágrafo).
 - (B) Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (1º parágrafo); A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo).
 - (C) Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. (3º parágrafo); ... 180 a mais do que no ano passado. Haverá 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade. (1º parágrafo).
 - (D) Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. (5º parágrafo); ... e “haverá multidões apertadas no calor”, com “barulho, sujeira, urina e vandalismo”... (5º parágrafo).
 - (E) A Prefeitura aparentemente aceitou parte dos argumentos, ao dizer que cancelou o desfile na Avenida Gastão Vidigal “por motivo de organização e otimização dos espaços públicos”. (6º parágrafo); Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões” (5º parágrafo).

03. No editorial, quando se afirma que a Prefeitura não dá o mesmo tratamento a todos os cidadãos, chama-se a atenção para o fato de que a Administração Pública

- (A) vem aceitando, amiúde, as demandas daqueles que veem com reservas o carnaval, o que implica deixar de lado os cidadãos e turistas que se divertem com essa festa, atitude que pode, inclusive, comprometer os cofres públicos, com diminuição de receita, além do possível desgaste político que esse procedimento implica.
- (B) proporciona um evento de grande proporção e alcance, esperado pelos cidadãos do país com ansiedade, não tendo condições, entretanto, de garantir que todos os paulistanos se divirtam durante essa festa popular, coibindo que ela se estenda durante a madrugada e limitando, cada vez mais, os espaços públicos para sua realização.
- (C) atende, de forma mais diligente, àqueles que estão envolvidos com a folia de carnaval, preocupada em fortalecer o potencial econômico e turístico desse evento na cidade, deixando em segundo plano a maioria da população paulistana, que fica à mercê dos aspectos negativos da festa, pois não compartilha a diversão.
- (D) tem colocado como prioridade os benefícios econômicos e políticos decorrentes dos eventos populares, capitalizando o carnaval como uma festa que serve à diversão do paulistano e dos turistas e passa a integrar a agenda de interesses de grupos altamente comprometidos com o bem-estar da população em geral.
- (E) sente dificuldade para valer-se dos seus interesses econômicos para capitalizá-los politicamente, razão pela qual se cria um vácuo nessa gestão de tal forma que nem os foliões paulistanos nem os turistas acabam se divertindo com o carnaval; da mesma sorte, nem aqueles que querem descansar e ser respeitados conseguem isso.

04. Nos processos de construção textual, identifica-se locução conjuntiva articulando duas orações com sentido de adição na passagem:

- (A) Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (1º parágrafo)
- (B) ... não apenas para os milhares de participantes mas também para os que, malgrado não queiram participar da festa, são obrigados a conviver com seus efeitos mais danosos... (1º parágrafo)
- (C) Esse gigantismo pode representar ganhos para a cidade, mas é um enorme desafio para a Prefeitura. (2º parágrafo)
- (D) ... a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público. (3º parágrafo)
- (E) A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo)

05. Analise as passagens do texto:

- ... cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa **magnitude** transcorra da maneira mais tranquila possível, não apenas para os milhares de participantes, mas também para os que, **malgrado** não queiram participar da festa... (1º parágrafo)
- O potencial econômico dos desfiles carnavalescos ajuda a explicar o **exponencial** crescimento dos blocos... (2º parágrafo)
- A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um **alento** para os paulistanos... (6º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) importância; não obstante; expressivo; ânimo.
- (B) inexpressividade; conquanto; absurdo; alegria.
- (C) grandeza; por conseguinte; acentuado; certeza.
- (D) desprendimento; ainda que; relativo; esperança.
- (E) complexidade; à medida que; significativo; temor.

06. De acordo com a norma-padrão, a organização sintática e o emprego dos sinais de pontuação estão adequadamente atendidos em:

- (A) Com 180 blocos a mais do que em 2019, o carnaval de rua de São Paulo, contará com 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade.
- (B) Já que é um evento com milhares de participantes é comum que, ocorram as interdições que obrigam os moradores a alterar sua rotina de deslocamentos.
- (C) Dia e noite, paulistanos tornam-se reféns em suas próprias casas, tendo de suportar, a algazarra de foliões, que estendem a festa até altas horas.
- (D) O ambiente para os foliões, sejam eles cidadãos da cidade ou turistas, julgando-se pela experiência dos anos anteriores, tem sido em geral satisfatório.
- (E) Elaborado por moradores da Vila Leopoldina o abaixo-assinado levou a desistir de incluir a Prefeitura no circuito dos blocos, a avenida principal do bairro.

07. As informações textuais que expressam sentido entre si, respectivamente, de causa e efeito estão em:

- (A) O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilarem entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644... (1º parágrafo)
- (B) A julgar pela experiência dos anos anteriores, o ambiente para os foliões tem sido em geral satisfatório. (2º parágrafo)
- (C) Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. (3º parágrafo)
- (D) ... a Prefeitura tem demonstrado escassa capacidade para coibir o comportamento selvagem... (4º parágrafo)
- (E) Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”. (5º parágrafo)

08. Identifica-se linguagem conotativa, com ressalva à realização do carnaval na cidade de São Paulo, no trecho:

- (A) ... sejam as interdições que obrigam moradores a alterar drasticamente sua rotina de deslocamentos, seja a incivildade de muitos dos foliões. (1º parágrafo)
- (B) Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, que vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa. (2º parágrafo)
- (C) ... a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público. (3º parágrafo)
- (D) Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. (5º parágrafo)
- (E) ... período no qual, para muitos, a lei e as regras de civilidade deixam de valer. (6º parágrafo)

09. Nas passagens "... são obrigados a conviver com **seus efeitos mais danosos...**" (1º parágrafo) e "Mas as vítimas **desse descaso** começam a reagir." (4º parágrafo), as expressões destacadas referem-se, correta e respectivamente:

- (A) ao lado ruim do carnaval de rua paulistano; à ação limitada da Prefeitura.
- (B) ao aumento do número de blocos de carnaval; à coibição do comportamento selvagem.
- (C) ao descaso com o carnaval de rua em São Paulo; ao posicionamento da Prefeitura.
- (D) ao comportamento dos participantes do carnaval; à expansão do carnaval.
- (E) às datas de desfiles de rua na cidade de São Paulo; ao abuso do direito à diversão.

10. A palavra "que" está empregada como pronome relativo, imprimindo sentido de restrição ao enunciado, em:

- (A) O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar [...] chegou a 644, 180 a mais do **que** no ano passado. (1º parágrafo)
- (B) Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, **que** vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa. (2º parágrafo)
- (C) O problema é **que** a Prefeitura tem sido incapaz de oferecer o mesmo tratamento àqueles – grande maioria – que não estarão nos desfiles. (2º parágrafo)
- (D) Os moradores disseram **que** "a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões". (5º parágrafo)
- (E) A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos **que** se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo)

Leia o texto para responder às questões de números 11 a 18.

Folia agigantada

São Paulo prepara-se para ser palco do maior Carnaval de rua de sua história. Pela primeira vez, a cidade, que já foi apelidada de "túmulo do samba", terá desfiles em todas as suas 32 subprefeituras.

Também em número de blocos, a folia promete expansão inédita. Os números são preliminares, mas as 490 agremiações do ano passado deverão ser largamente suplantadas, com aumento previsto de 70%. Novas atrações também animarão a festa, como o famoso Galo da Madrugada, de Pernambuco.

Levantamentos preliminares sugerem que a capital paulista poderá ser o principal destino turístico do país durante os festejos, suplantando Rio de Janeiro e Salvador. Com isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc.

No cenário animador, um certo clima de ufanismo parece contagiar quadros da prefeitura, que tem em seus membros um carnavalesco conhecido – o secretário de Cultura, Alê Youssef, fundador do bloco Acadêmicos do Baixo Augusta. O carnavalesco, que representa uma face mais progressista do governo municipal, vê no Carnaval também um meio de manifestação política. O secretário já declarou que pretende fazer com que a festa seja um contraponto a ameaças à liberdade de expressão.

A expansão do Carnaval de rua é um fenômeno que se observa há anos em diversas cidades. No Rio, por exemplo, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. O retorno do que seria um tipo mais autêntico de comemoração provocou simpatias e elogios da população e de cronistas da festa.

Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática – a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.

A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento com vistas a diminuir os transtornos. Ao longo de 37 reuniões, os trajetos passaram pelo crivo de diversos órgãos, como CET, SPTrans (responsável pelos ônibus), polícia e GCM (Guarda Civil Metropolitana). Medidas em outras áreas também foram anunciadas.

Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento.

(Editorial, "Folia agigantada". *Folha de S.Paulo*, 05.02.2020. Adaptado)

11. No editorial da *Folha*, as informações que também constam no texto *Hora do pesadelo* são:

- (A) o fato de São Paulo ter-se tornado o grande palco do carnaval; as simpatias e elogios da população pelo evento; a eventual desorganização da festa.
- (B) a superação do carnaval do Rio pelo de São Paulo; o ufanismo que contagia os quadros da prefeitura; a reestruturação do planejamento do evento.
- (C) a expansão do número de blocos carnavalescos; a projeção de aumento da circulação de dinheiro; os problemas de infraestrutura para atender os foliões.
- (D) a ampliação das áreas protegidas das ações dos foliões; o uso do carnaval como meio de manifestação política; o expressivo retorno financeiro da festa de carnaval.
- (E) o entusiasmo da prefeitura com a ampliação dos blocos de carnaval; a projeção de diminuição do número de turistas; a animação do Galo da Madrugada.

12. Observe as informações:

- Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (*Hora do pesadelo*)
- Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento. (*Folia agigantada*)

A leitura comparativa dos dois trechos permite concluir que ambos os editoriais

- (A) reiteram o descaso com as demandas que surgem quando se trata da realização de um evento da proporção do carnaval, ironizando que as autoridades possam garanti-lo com um padrão aceitável de civilidade.
- (B) sinalizam a necessidade de as autoridades reverem a realização do carnaval na cidade, uma vez que é incontestemente uma série de situações que colocam a integridade física dos cidadãos e dos turistas em risco.
- (C) sugerem que a responsabilidade pelo evento na cidade seja expandida para outras esferas governamentais, já que, com seu agigantamento, é imperioso o emprego de técnicas de segurança mais arrojadas.
- (D) reforçam a necessidade de ações governamentais conjuntas para o evento, embora reconheçam que é impossível a realização de uma festa dessa proporção sem prejuízos a determinadas camadas da população.
- (E) reconhecem o papel protagonista das autoridades no que diz respeito à realização do carnaval dentro dos padrões de civilidade, ressalva que se faz em razão de uma série de problemas que surgem durante esse evento.

13. Na organização das informações no texto, o emprego de verbos no tempo presente cria um efeito de aproximação com o leitor, estratégia que dá mais força aos argumentos apresentados; o uso de tempos que remetem à ideia de hipótese, por sua vez, têm menos força argumentativa. Esses dois recursos de argumentação são, correta e respectivamente, exemplificados com as passagens:

- (A) Com isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc. (3º parágrafo); O retorno do que seria um tipo mais autêntico de comemoração provocou simpatias e elogios da população e de cronistas da festa. (5º parágrafo).
- (B) A expansão do Carnaval de rua é um fenômeno que se observa há anos em diversas cidades. (5º parágrafo); No Rio, por exemplo, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. (5º parágrafo).
- (C) Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática... (6º parágrafo); ... que já foi apelidada de “túmulos do samba”... (1º parágrafo).
- (D) Ao longo de 37 reuniões, os trajetos passaram pelo crivo de diversos órgãos... (7º parágrafo); O secretário já declarou que pretende fazer com que a festa seja um contraponto a ameaças à liberdade de expressão. (4º parágrafo).
- (E) Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel... (8º parágrafo); A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento com vistas a diminuir os transtornos. (7º parágrafo).

14. No editorial, identifica-se linguagem denotativa na passagem

- (A) “São Paulo prepara-se para ser palco do maior Carnaval de rua de sua história.” (1º parágrafo), na qual se enaltece o carnaval de rua de São Paulo, considerado como o melhor do Brasil.
- (B) “Também em número de blocos, a folia promete expansão inédita.” (2º parágrafo), na qual se mostra que os números do carnaval de São Paulo ultrapassam os de Salvador e do Rio de Janeiro.
- (C) “um certo clima de ufanismo parece contagiar quadros da prefeitura” (4º parágrafo), na qual se sugere uma certa desconfiança na prefeitura quanto à produção de um grande carnaval.
- (D) “A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento” (7º parágrafo), na qual se expressa o papel da Prefeitura na organização do evento para torná-lo melhor.
- (E) “e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento.” (8º parágrafo), na qual se ironiza a capacidade de reorganização do carnaval paulista pela Prefeitura da cidade.

15. Assinale a alternativa em que a preposição destacada forma uma expressão cujo sentido é de finalidade.

- (A) ... mas as 490 agremiações do ano passado deverão ser largamente suplantadas, **com** aumento previsto de 70%. (2º parágrafo)
- (B) **Com** isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc. (3º parágrafo)
- (C) **Com** o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática... (6º parágrafo)
- (D) A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento **com** vistas a diminuir os transtornos. (7º parágrafo)
- (E) Cabe às autoridades, agora, fazer **com** que a propalada reorganização saia do papel... (8º parágrafo)

16. Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática – a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho. (6º parágrafo)

A reorganização das informações do trecho, em que a expressão escrita atende aos sentidos do texto e à norma-padrão, é:

- (A) Graças ao tempo, no entanto, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática devido a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (B) Devido o tempo, então, a outra face do crescimento da folia veio-se mostrando problemática: a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (C) Com o passar do tempo, porém, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática, evidenciando-se a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (D) Com o tempo concluído, apesar disso, a outra face do crescimento da folia vêm-se mostrando problemática, com a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (E) Ao longo do tempo, de fato, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática? A insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho mostra que sim.

17. Considere as passagens do texto:

- Pela primeira vez, **a cidade**, que já foi apelidada de “túmulo do samba”, terá desfiles em todas as suas 32 subprefeituras. (1º parágrafo)
- ... o secretário de Cultura, **Alê Youssef**, fundador do bloco Acadêmicos do Baixo Augusta. (4º parágrafo)
- No Rio, **por exemplo**, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. (5º parágrafo)
- Com o tempo, **contudo**, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática (6º parágrafo)
- Cabe às autoridades, **agora**, fazer com que a propalada reorganização saia do papel... (8º parágrafo)

Assinale a alternativa em que se apresentam, correta e respectivamente, as justificativas para o emprego de vírgulas em relação às expressões destacadas.

- (A) Expressão está antecedida de oração principal e seguida de oração coordenada explicativa; sujeito; expressão retificativa; conjunção adversativa; advérbio de tempo intercalado.
- (B) Expressão está antecedida de locução adjetiva e seguida de oração adjetiva restritiva; vocativo; expressão comparativa; conjunção concessiva; advérbio de modo intercalado.
- (C) Expressão está antecedida de locução adverbial e seguida de oração adverbial causal; aposto; expressão enumerativa; conjunção conclusiva; advérbio de tempo intercalado.
- (D) Expressão está antecedida de locução adverbial e seguida de oração adjetiva explicativa; aposto; expressão exemplificativa; conjunção adversativa; advérbio de tempo intercalado.
- (E) Expressão está antecedida de oração coordenada assindética e seguida de oração adverbial consecutiva; vocativo; expressão resumidora; conjunção temporal; advérbio de lugar intercalado.

Leia o texto para responder às questões de números 18 a 20.

16 DE JULHO Levantei. Obedeci a Vera Eunice. Fui buscar água. Fiz o café. Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comesse carne com farinha. Eu estava indisposta, resolvi benzer-me. Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado. A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender. Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender. Deu 13 cruzeiros. Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava! Cheguei em casa, aliás no meu barraco, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. Faz uns dois anos, que eu pretendo comprar uma maquina de moer carne. E uma maquina de costura.

Cheguei em casa, fiz o almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendai-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanço. Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte.

(Carolina Maria de Jesus. *Quarto de despejo – diário de uma favelada*, 1993)

18. Observe as passagens:

- Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do **papel**... (8º parágrafo, editorial *Folia agigantada*)
- Cato **papel**, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. (1º parágrafo, *Quarto de despejo*)

Analisando o emprego da palavra “papel” nos dois textos, conclui-se que,

- (A) nas duas ocorrências, é explorada em linguagem denotativa, sendo atribuído a ela sentido pejorativo.
- (B) na primeira ocorrência, é explorada em linguagem conotativa; na segunda, em linguagem denotativa.
- (C) nas duas ocorrências, é explorada em linguagem conotativa, assumindo duplo sentido em ambas.
- (D) na primeira ocorrência, é explorada em linguagem denotativa; na segunda, em linguagem conotativa.
- (E) nas duas ocorrências, é explorada em linguagem denotativa, sendo o sentido ambíguo no editorial.

19. Ocorre, no texto, variação linguística, adequada à caracterização da personagem; ocorrem, também, trechos que atendem à norma-padrão da língua. Esses usos da língua – com variação linguística e com atendimento à norma-padrão – estão, correta e respectivamente, exemplificados com os trechos:

- (A) E os 13 cruzeiros não dava! / Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para Vera Eunice.
- (B) ... porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. / Avisei as crianças que não tinha pão.
- (C) Saí indisposta, com vontade de deitar. / Mas o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanço.
- (D) Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte. / Eu estava indisposta, resolvi benzer-me.
- (E) Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado. / Que tomassem café simples e comesse carne com farinha.

20. Assinale a alternativa em que a expressão escrita garante ao trecho – Deixei as crianças. Recomendai-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. – a coesão, a coerência e o atendimento à norma-padrão.

- (A) Quando deixei as crianças, recomendei a elas para brincar no quintal e não sair a rua, todavia os pessimos vizinhos que eu tenho não dão sossego aos meus filhos.
- (B) Deixei as crianças, e recomendei-as que brincassem no quintal e não saíssem na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão sossego aos meus filhos.
- (C) Deixei as crianças, embora tenha recomendado-lhes a brincar no quintal e não sair à rua, uma vez que os pessimos vizinhos que eu tenho não dão-lhes sossego.
- (D) Os pessimos vizinhos que eu tenho não dão sossego às crianças. Então, quando deixei elas, recomendei-as que brincassem no quintal e não saíssem na rua.
- (E) Como os pessimos vizinhos que tenho não dão sossego aos meus filhos, quando eu deixei as crianças, recomendei-lhes que brincassem no quintal e não saíssem para a rua.

RACIOCÍNIO LÓGICO

21. Considere a seguinte afirmação: Se Carlos é médico, então Selma é auditora de controle externo e André é auxiliar técnico de controle externo.

Assinale a alternativa que contém uma equivalência lógica para a afirmação apresentada.

- (A) Se Selma não é auditora de controle externo e André não é auxiliar técnico de controle externo, então Carlos não é médico.
- (B) Se André não é auxiliar técnico de controle externo ou Selma não é auditora de controle externo, então Carlos não é médico.
- (C) Carlos é médico e Selma é auditora de controle externo, e André é auxiliar técnico de controle externo.
- (D) Carlos é médico, mas André não é auxiliar técnico de controle externo ou Selma não é auditora de controle externo.
- (E) Carlos é médico, mas Selma não é auditora de controle externo e André não é auxiliar técnico de controle externo.

22. Se a fiscalização é feita corretamente e as auditorias são consistentes, então os munícipes estão satisfeitos. Sabendo-se que os munícipes não estão satisfeitos, conclui-se corretamente que

- (A) a fiscalização foi feita corretamente ou as auditorias foram consistentes.
- (B) a fiscalização foi feita corretamente, mas as auditorias não foram consistentes.
- (C) a fiscalização não foi feita corretamente, mas as auditorias foram consistentes.
- (D) a fiscalização não foi feita corretamente e as auditorias não foram consistentes.
- (E) a fiscalização não foi feita corretamente ou as auditorias não foram consistentes.

23. Uma negação lógica para a afirmação "Sou feliz se, e somente se, você é feliz" está contida na alternativa:

- (A) Não sou feliz se, e somente se, você não é feliz.
- (B) Se eu não sou feliz, então você não é feliz.
- (C) Se você não é feliz, então eu não sou feliz.
- (D) Sou feliz e você não é feliz.
- (E) Ou eu sou feliz, ou você é feliz.

24. Considere falsa a afirmação I e verdadeira a afirmação II:

- I. Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais e Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.
- II. Se Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais, então Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.

Nessas condições, é necessariamente

- (A) verdade que Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.
- (B) falsidade que Jorge é auditor de controle externo em Ciências Jurídicas.
- (C) verdade que Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais.
- (D) falsidade que Camila é auditora de controle externo em Ciências Atuariais.
- (E) verdade que Camila e Jorge não são auditores de controle externo.

25. Alberto, Carlos, Douglas e Edgar têm 35, 38, 40 e 41 anos, não necessariamente nessa ordem. Cada um deles trabalha com um tipo de veículo, sendo eles caminhão, carro, motocicleta e ônibus, em municípios distintos, sendo Campinas, Limeira, Marília e Santos, não necessariamente nas ordens apresentadas. Sabe-se que o de maior idade trabalha com carro e seu local de trabalho não é Limeira e, tampouco, Marília; Alberto tem menos idade que Douglas, trabalha em Campinas, não com ônibus, e o mais novo deles trabalha em Limeira, com motocicleta; Edgar não trabalha com ônibus e é mais velho que Alberto e que Douglas. A alternativa que apresenta uma associação correta dessas pessoas é:

- (A) Alberto trabalha com caminhão.
- (B) Douglas tem 38 anos.
- (C) Edgar trabalha em Marília.
- (D) Douglas trabalha em Campinas.
- (E) Alberto tem 40 anos.

26. Observe a sequência de figuras:

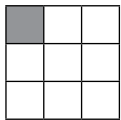


Figura 1

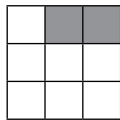


Figura 2

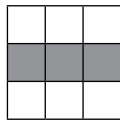


Figura 3

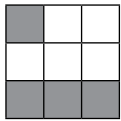


Figura 4

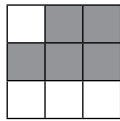


Figura 5

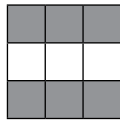


Figura 6

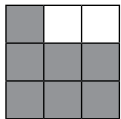


Figura 7

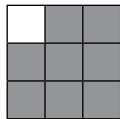


Figura 8

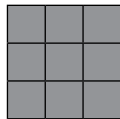


Figura 9

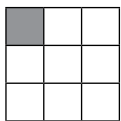


Figura 10

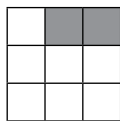


Figura 11

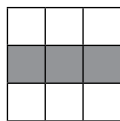


Figura 12

Nessa sequência de figuras, a figura 10 é igual à figura 1, a figura 11 é igual à figura 2, a figura 12 é igual à figura 3, e assim por diante. Dessa forma, na figura 325, o número de quadradinhos com o interior na cor branca será igual a

- (A) 8.
- (B) 6.
- (C) 4.
- (D) 2.
- (E) 0.

27. De um grupo de auditores de controle externo, cada um deles de uma única área, sabe-se que 20% são da área da Economia, 10% dos que não são da área da Economia são da área da Engenharia, e os demais, que correspondem a 180 agentes, são de outras áreas. Logo, o número de auditores de controle externo da área da Economia é

- (A) 60.
- (B) 55.
- (C) 50.
- (D) 45.
- (E) 40.

28. Três máquinas iguais, trabalhando no mesmo ritmo e simultaneamente, produzem 1500 unidades de determinado produto em exatamente uma hora e meia de trabalho. Para produzir 3000 unidades desse mesmo produto, nas mesmas condições de trabalho, é esperado que apenas duas dessas máquinas realizem o serviço em, no mínimo,

- (A) 2 horas e 00 minutos.
- (B) 2 horas e 10 minutos.
- (C) 3 horas e 40 minutos.
- (D) 4 horas e 30 minutos.
- (E) 4 horas e 50 minutos.

29. Uma verba de R\$ 832 mil reais será distribuída entre as filiais A e B de uma empresa, de forma inversamente proporcional aos valores gastos com advogados para as defenderem em processos abertos por clientes insatisfeitos. Se a razão entre os valores gastos pelas filiais A e B com os advogados é $\frac{3}{5}$, então, a filial A receberá a quantia de

- (A) R\$ 138,7 mil.
- (B) R\$ 312,0 mil.
- (C) R\$ 499,2 mil.
- (D) R\$ 520,0 mil.
- (E) R\$ 535,7 mil.

30. Certo vírus foi disseminado pela internet e, inicialmente, foram identificados cinco mil computadores infectados. A estimativa dos profissionais capacitados para resolver o problema é a de que o número $y(x)$ de computadores infectados cresça até um valor máximo m e, a partir daí, ele comecesse a cair, onde $y(x)$ representa o número de computadores infectados após x dias do início da disseminação, com $y(0)$ representando o número de computadores infectados inicialmente. Supondo-se que a razão entre a diferença $y(x) - m$ e o quadrado da diferença $x - 4$ permaneça constante, e sabendo-se que 2 dias após o início da disseminação o número de computadores infectados era 9800, o valor máximo de computadores infectados, ou seja, o número m , é igual a

- (A) 9900.
- (B) 10800.
- (C) 11400.
- (D) 12200.
- (E) 14600.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO

31. Uma das formas de manifestação das políticas públicas é a política social, principalmente quando se vincula ao estado do bem-estar social. Essa política social se materializa por meio de alguns modelos, como, por exemplo, residual, meritocrático e institucional. O modelo residual se caracterizaria por encarar as políticas públicas como atuando
- (A) por merecimento, pelo princípio da solidariedade, e por ações notadamente corporativas.
 - (B) em um nível mais elevado, pelo princípio da justiça, por ações redistributivas.
 - (C) de forma meramente secundária, pelo princípio da caridade, e por ações voltadas para a assistência social e doações.
 - (D) pelo modelo da seguridade social, pelo princípio da justiça, por ações voltadas para a distribuição e não redistribuição.
 - (E) pelo modelo do seguro social, pelo princípio da solidariedade e por ações para a cobertura de grupos ocupacionais por meio de uma relação contratual.
32. Do ponto de vista do governo envolvido na implementação de uma política pública, a formação da agenda refere-se a
- (A) conjunto de problemas ou temas que vão merecer uma intervenção pública.
 - (B) avaliação das ações que foram tomadas no passado e que não foram resolvidas.
 - (C) redimensionamento dos indicadores de gestão das políticas públicas em curso.
 - (D) avaliação dos pontos fortes e fracos das políticas existentes e forma de maximizar os fortes e minimizar os fracos.
 - (E) controle de qualidade das ações voltadas à gestão das políticas públicas em implementação.
33. A avaliação de projetos relacionados à efetivação de políticas públicas que privilegiam aspectos gerenciais, estritamente voltada à eficiência administrativa, focaliza que critério?
- (A) O quanto o uso dos recursos primou pela economicidade.
 - (B) Aquele que mede a relação entre os meios utilizados e os recursos à disposição.
 - (C) O que se refere a verificar se os direitos básicos dos destinatários foram alcançados.
 - (D) Aquele que se refere a verificação da participação dos atores, objetos da política, com equidade.
 - (E) O quanto a execução seguiu conforme as etapas previamente estabelecidas.

34. Diz-se que o processo de elaboração e execução das políticas públicas (*outputs*) resultam do processamento, pelo sistema político, dos *inputs* originários do meio ambiente e de *withinputs* (demandas originadas no interior do próprio sistema político). Essa visão de todo o processo está sustentada pela abordagem
- (A) estruturalista.
 - (B) sistêmica.
 - (C) burocrática.
 - (D) funcionalista.
 - (E) neoclássica.
35. O indicador de produtividade relacionado à forma de produção de bens e serviços, envolvendo procedimentos de aquisições ou requisições, bem como em dias de prazo para contratação dos mesmos, e, além disso para a própria realização de atividades, é considerado do tipo indicador de
- (A) processo.
 - (B) resultado.
 - (C) insumo.
 - (D) produto.
 - (E) objetivo.

AUDITORIA

36. O conceito de “risco de auditoria” consiste
- (A) no risco de o auditor vir a ter a sua segurança pessoal e a de sua família comprometidas em razão de trabalho de auditoria realizado.
 - (B) no risco de que o auditor expresse uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
 - (C) no risco de o auditor vir a se tornar economicamente dependente da entidade auditada, em razão da importância dos trabalhos realizados à entidade para o faturamento do auditor.
 - (D) no desvio padrão amostral dos saldos contábeis que fazem parte do escopo da auditoria a ser realizada, conforme o planejamento inicial.
 - (E) na incerteza do auditor em relação à qualidade dos controles internos adotados pela entidade e ao nível de envolvimento dos órgãos de governança na elaboração das informações a serem auditadas.

37. Assinale a alternativa que apresenta a definição correta.
- (A) Ceticismo profissional: aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas.
 - (B) Risco inerente: risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação e que possa ser relevante não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.
 - (C) Asseguração razoável: no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, é um nível alto, mas não absoluto, de segurança.
 - (D) Crítica de auditoria: postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.
 - (E) Responsável de auditoria: a pessoa ou organização com a responsabilidade de supervisionar de forma geral a direção estratégica da entidade e obrigações relacionadas com a responsabilidade da entidade.
38. A respeito da execução do trabalho do auditor, é correto afirmar que
- (A) o conceito de materialidade não é determinante no planejamento e na execução da auditoria, pois toda distorção identificada merece o mesmo nível de atenção.
 - (B) as distorções identificadas são presumidamente consideradas relevantes até prova em contrário, não se podendo dizer o mesmo a respeito de eventuais omissões.
 - (C) julgamentos sobre a relevância de uma informação são estabelecidos levando-se em consideração a exigência legal, não podendo o auditor considerar material distorção não ligada a elemento obrigatório das demonstrações segundo a lei.
 - (D) a opinião do auditor considera as demonstrações contábeis como um todo e, portanto, o auditor não é responsável pela detecção de distorções que não sejam relevantes para as demonstrações contábeis como um todo.
 - (E) as normas técnicas exigem que o auditor exerça o julgamento profissional e mantenha a confiança profissional na administração da entidade auditada ao longo de todo o planejamento e na execução da auditoria.
39. A respeito dos procedimentos de auditoria e dos poderes do auditor independente, é correto afirmar que
- (A) o auditor não é treinado nem obrigado a ser especialista na verificação de autenticidade de documentos, o que pode influenciar na sua capacidade de identificação de eventuais fraudes sofisticadas no âmbito da entidade auditada.
 - (B) o auditor independente possui poderes legais específicos, tais como o poder de busca, que podem ser necessários para a investigação de fatos delituosos no âmbito da entidade auditada.
 - (C) caso a administração não forneça, intencionalmente, as informações completas que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, o auditor deverá adotar as medidas judiciais cabíveis para concluir com segurança o trabalho de auditoria.
 - (D) a dificuldade, falta de tempo ou custo envolvido são, por si só, base válida para que o auditor omita um procedimento de auditoria para o qual não há alternativa ou que deva ser satisfeito com evidências de auditoria menos persuasivas.
 - (E) o trabalho de auditoria pressupõe ser obrigação do auditor tratar de todas as informações que possam existir ou tratar cada assunto exaustivamente com base na premissa de que as informações são erradas ou fraudulentas até prova em contrário.
40. Se o auditor, no curso dos trabalhos da auditoria, decidir realizar o exame de registros ou documentos, internos ou externos, em papel, em forma eletrônica ou em outras mídias, ou o exame físico de ativo, está realizando o procedimento de auditoria tecnicamente chamado de
- (A) observação.
 - (B) confirmação externa.
 - (C) indagação.
 - (D) inspeção.
 - (E) *full disclosure*.

41. É correto afirmar sobre a adoção de amostragem na realização de trabalhos de auditoria que

- (A) é considerado um procedimento pouco seguro e que, em geral, deve ser evitado, devendo o auditor dar preferência à análise de toda a população pesquisada, ainda que o custo disso possa parecer elevado em relação ao tempo e aos recursos materiais e humanos disponíveis.
- (B) a amostragem em auditoria pode ser aplicada usando apenas a abordagem de amostragem estatística, pois a abordagem não estatística não confere segurança razoável para as conclusões a serem obtidas, ainda que combinadas com outras evidências de auditoria.
- (C) o nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido. Quanto maior o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.
- (D) na seleção dos elementos da amostra, é relevante assegurar a existência de vies de maneira que os elementos sejam representativos de um único subconjunto de elementos da população pesquisada.
- (E) ao considerar as características da população da qual a amostra será extraída, o auditor pode determinar que a estratificação ou a seleção com base em valores é apropriada.

CONTABILIDADE GERAL

Leia o balanço patrimonial da Empresa Chega Pra Lá Ltda. em 31.12.2022 e 31.12.2021, conforme a seguir, para responder às questões de números 42 a 44.

	2022	2021		2022	2021
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	180.000	138.000	Fornecedores	360.000	480.000
Contas a Receber	720.000	576.000	Empréstimos e financiamentos	990.000	1.140.000
Estoques	<u>1.140.000</u>	<u>1.260.000</u>	Impostos e Encargos a Recolher	204.000	120.000
Total do Ativo Circulante	<u>2.040.000</u>	<u>1.974.000</u>	Contas a Pagar	<u>21.000</u>	<u>24.000</u>
			Total do Passivo Circulante	<u>1.575.000</u>	<u>1.764.000</u>
Ativo Não Circulante					
Coligadas e controladas	78.000	108.000	Empréstimos e Financiamentos	<u>669.000</u>	<u>330.000</u>
Títulos de longo prazo	<u>156.000</u>	<u>132.000</u>	Total do passivo não circulante	<u>669.000</u>	<u>330.000</u>
Total do Realizável a Longo Prazo	<u>234.000</u>	<u>240.000</u>			
			Capital	600.000	600.000
Investimentos	540.000	480.000	Reservas	<u>1.470.000</u>	<u>1.140.000</u>
Imobilizado	<u>1.500.000</u>	<u>1.140.000</u>	Total do Patrimônio Líquido	<u>2.070.000</u>	<u>1.740.000</u>
Total do Ativo	<u>4.314.000</u>	<u>3.834.000</u>	Total do Passivo	<u>4.314.000</u>	<u>3.834.000</u>

Informações adicionais:

- A depreciação no ano monta a R\$ 135.000
- A equivalência patrimonial positiva em 2022 foi de R\$ 60.000
- Lucro líquido de 2022 foi de R\$ 330.000
- Lucro líquido de 2021 foi de R\$ 150.000

42. Com base nas informações fornecidas e de acordo com a metodologia de fluxo de caixa método indireto, assinale a alternativa que contém o valor, em Reais, do aumento/diminuição do caixa e equivalentes de caixa.

- (A) 348.000.
- (B) (495.000).
- (C) 189.000.
- (D) (42.000).
- (E) 42.000.

43. Assinale a alternativa que contém o valor, em Reais, do índice de liquidez seca em 31.12.2022.

- (A) 0,57.
- (B) 0,98.
- (C) 1,01.
- (D) 1,15.
- (E) 1,29.

44. Assinale a alternativa com a variação percentual de 2021 para 2022 do índice de rentabilidade do patrimônio líquido final de 2022. Para a resposta, considere o critério de arredondamento do resultado.

- (A) Redução de 5%.
- (B) Aumento de 7%.
- (C) Aumento de 16%.
- (D) Redução de 9%.
- (E) Aumento de 9%.

Leia as informações a seguir da empresa Estrela Dalva Ltda., para responder às questões de números 45 e 46.

Balancete de verificação em 31.12.2022:

Descrição da conta	Reais
Caixa	30.000
Equivalentes de Caixa	105.000
Contas a receber	180.000
Estoques	—
Despesas antecipadas	45.000
Máquinas e equipamentos	750.000
Depreciação de máquinas e equipamentos	150.000
Financiamento a longo prazo	600.000
Capital	240.000
Reservas de lucros	90.000
Vendas líquidas	900.000
CMV	810.000
Despesas administrativas	—
Despesas de salários	90.000
Despesas financeiras	15.000
Receitas financeiras	45.000

O contador da Estrela Dalva está procedendo ao fechamento do balancete do referido exercício, no entanto, necessita ainda incluir alguns lançamentos contábeis, sendo:

- 1) Depreciação do imobilizado e 10% sobre o valor de custo dos bens e será reconhecido como despesas administrativas.
- 2) Dos seguros pagos antecipadamente, 2/3 (dois terços) do saldo da conta é despesa administrativa do exercício.
- 3) O total de receita de juros do exercício deveria ser de R\$ 75.000, já recebidos.
- 4) Os juros sobre o financiamento a longo prazo a ser reconhecido ainda no exercício de 2022 montam a R\$ 30.000.
- 5) Houve uma devolução de vendas da ordem de R\$ 90.000, cujo CMV foi de R\$ 60.000. A empresa restituiu o cliente a vista, por intermédio de transferência bancária.

Trata-se de transações hipotéticas, portanto, não há valores de impostos.

45. O resultado do exercício, em Reais, foi:

- (A) 95.000.
- (B) (95.000).
- (C) 105.000.
- (D) (105.000).
- (E) 125.000.

46. O valor dos estoques remanescentes é

- (A) 30.000.
- (B) 38.000.
- (C) 45.000.
- (D) 57.000.
- (E) 60.000.

ORÇAMENTO PÚBLICO

47. O Orçamento Público, representado em Lei Orçamentária Anual, LOA, pode ser bem conceituado como:

- (A) conjunto de valores para o equilíbrio da situação líquida do tesouro público.
- (B) alocação de receitas e despesas para atender as despesas de capital.
- (C) meio de previsões de valores em função do comportamento da economia.
- (D) demonstração das intenções de governantes nos atendimentos prioritizados.
- (E) instrumento com previsibilidades e limites com vistas ao equilíbrio fiscal.

48. Em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa que corresponde de forma fiel à descrição do princípio orçamentário.

- (A) Orçamento bruto: determina que os valores devem ser apresentados sem duplicidades.
- (B) Não afetação das receitas: veda a vinculação de arrecadação à determinada atividade econômica.
- (C) Exclusividade: estabelece que os valores do orçamento representam autorizações financeiras.
- (D) Unidade: impõe a cada ente federado a apresentação de orçamento individualizado.
- (E) Universalidade: condiciona os fundos, as movimentações de valores e a tributação ao exercício.

49. A elaboração do orçamento obedece a leis, normas e orientações técnicas. A elaboração da proposta cabe ao Poder Executivo. Há determinados núcleos ou agrupamentos, pertencentes à administração direta e indireta, que detalham a proposta em atividades e projetos. Tais núcleos ou agrupamentos são esses denominados na forma legal como:
- (A) unidades de despesas.
 - (B) centros de custos.
 - (C) unidades orçamentárias.
 - (D) centros de despesas.
 - (E) centros orçamentários.
50. A execução do orçamento, enquanto programação financeira e cronograma mensal de desembolso, expressos na Lei nº 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101/00, poderá ser limitada quando
- (A) ameaçar o cumprimento de metas.
 - (B) julgar necessário o mandatário.
 - (C) estiver previsto em orçamento.
 - (D) determinar o tribunal de contas.
 - (E) houver previsão de renúncia fiscal.
51. O controle e a avaliação da execução orçamentária vale-se, além dos preceitos legais, de responsáveis para exercer as funções correlacionadas. Para bem atender a esse objetivo há o amparo do sistema de controle interno. Tal sistema deverá
- (A) fiscalizar o uso dos recursos públicos, punir eventuais erros, omissões ou malversações, sempre que comprovados.
 - (B) ser amplo e integrado para evitar riscos, bem orientar quanto a legalidade dos atos e fornecer dados e informações ao controle externo.
 - (C) mapear riscos, promover exame de documentação, conferir cálculos e, se necessário, dar início a processos administrativos.
 - (D) averiguar, sempre que motivado, responsabilidades e ações de agentes no exercício de suas atividades.
 - (E) estar centralizado em unidade administrativa específica para tal finalidade e contar com quadro técnico necessário e atuante.
52. O Plano Plurianual, PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, e a Lei Orçamentária Anual, LOA, atendem a requisitos legais específicos. É possível delimitar o que é atribuído a cada um dada a inter-relação existente entre esses instrumentos de planejamento. Sendo assim, é correto afirmar que
- (A) ao PPA cabe oferecer metas e indicadores gerais que posteriormente estarão especificados na LDO e na LOA.
 - (B) é comum aos três instrumentos de planejamento, PPA, LDO e LOA, a determinação de metas fiscais.
 - (C) serão metas passíveis de mensuração as presentes no PPA e na LDO, na LOA haverá tão somente alocação de recursos.
 - (D) ao PPA cabe apresentar apenas metas, à LDO exclusivamente indicadores e à LOA a alocação de recursos anual.
 - (E) irá o PPA abranger quadriênios, a LDO e a LOA triênios, devendo o PPA ser revisto a cada início de mandato.

CONTABILIDADE PÚBLICA

53. Assinale a alternativa que contém o registro contábil sob a ótica patrimonial do recebimento de dívida ativa no valor de R\$ 2.356.000,00 em dinheiro.
- (A) D: Caixa e Equivalentes de Caixa – 2.356.000,00.
C: Créditos de Longo Prazo – 2.356.000,00.
 - (B) D: Receita a realizar – 2.356.000,00.
C: Receita realizada – 2.356.000,00.
 - (C) D: Controle da Disponibilidade de Recursos – 2.356.000,00.
C: Disponibilidade por Destinação de Recursos – 2.356.000,00.
 - (D) D: Caixa e Equivalentes de Caixa – 2.356.000,00.
C: Receita Realizada – 2.356.000,00.
 - (E) D: Perda Estimada de Crédito de Liquidação Duvidosa – 2.356.000,00.
C: Receita Realizada – 2.356.000,00.
54. Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, os elementos correspondem às estruturas básicas a partir das quais as demonstrações contábeis são elaboradas. Assinale a alternativa que contém somente elementos das demonstrações contábeis.
- (A) Ativo e Representação Fidedigna.
 - (B) Bancos e Tempestividade.
 - (C) Distribuição aos proprietários e Confiabilidade.
 - (D) Receita e Relevância.
 - (E) Variação Patrimonial Aumentativa e Variação Patrimonial Diminutiva.

- 55.** Sobre as decisões do Tribunal de Contas, é correto afirmar com base na Constituição Federal que
- (A) as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
 - (B) deverão ser previamente homologadas pela Comissão Permanente de Fiscalização do Congresso Nacional.
 - (C) são definitivas, não podendo ser questionadas por meio de ação apresentada ao Poder Judiciário.
 - (D) terão caráter orientativo e pedagógico, apenas podendo resultar em aplicação de sanção em caso de reincidência ou dolo grave.
 - (E) serão tomadas monocraticamente por cada um dos Conselheiros, a quem caberá, por sorteio, a análise de representação apresentada ao Tribunal.
- 56.** Com base na Lei nº 9.167/1980, é correto afirmar que compete ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo
- (A) dar parecer, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data do recebimento, sobre as contas anuais encaminhadas pelo Prefeito.
 - (B) apreciar a legalidade e a conveniência das concessões iniciais de aposentadorias e das pensões concedidas pelo Município.
 - (C) representar ao Ministério Público sobre irregularidades e abusos que verificar no exercício do controle da administração financeira e orçamentária.
 - (D) decretar a prisão administrativa, em caráter cautelar e pelo prazo máximo de 100 (cem) dias ao servidor público em alcance.
 - (E) dar parecer, no prazo de 90 (noventa) dias, sobre as contas anuais encaminhadas pela Mesa da Câmara Municipal ao Prefeito.
- 57.** Com base na Lei nº 9.167/1980, é correto afirmar que as representações dirigidas ao Tribunal de Contas serão arquivadas quando
- (A) forem formuladas por pessoa física.
 - (B) forem apresentadas por pessoa jurídica contratada pela Administração Municipal.
 - (C) não descreverem minuciosamente as supostas irregularidades, o seu enquadramento legal e a totalidade dos agentes envolvidos.
 - (D) revelarem espírito de mera emulação.
 - (E) descreverem irregularidade equivalente a crime contra a administração pública.
- 58.** Com base na Lei nº 9.167/1980, é correto afirmar sobre a instrução dos processos perante o Tribunal de Contas, bem como sobre os poderes do Tribunal e de seus Conselheiros que
- (A) o Tribunal poderá, a qualquer tempo, proceder a auditorias, vistorias ou exames em processos ou documentos, no próprio local onde se encontrem.
 - (B) não é admitida a produção de prova testemunhal nos processos perante o Tribunal de Contas do Município.
 - (C) o não atendimento de requisição do Tribunal de Contas sujeita o agente à multa de 5 vezes o subsídio do Chefe do Poder Executivo.
 - (D) as requisições de documentos serão sempre formuladas pelo Presidente do Tribunal ao Chefe do Poder Executivo ou Legislativo, conforme o caso.
 - (E) é indelegável a competência para a requisição de documentos junto a órgãos da Administração Municipal.
- 59.** Segundo estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, são órgãos do Tribunal de Contas:
- (A) Plenário; Primeira, Segunda e Terceira Turma; e, Relatoria.
 - (B) Plenário; Primeira, Segunda e Terceira Seção; e, Gabinete do Conselheiro.
 - (C) Tribunal Pleno; Primeira e Segunda Câmaras; e, Gabinete do Conselheiro.
 - (D) Câmaras Reunidas; Primeira e Segunda Câmaras; e, Juiz Singular.
 - (E) Tribunal Pleno; Primeira e Segunda Câmaras; e, Juiz Singular.
- 60.** Segundo estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, os procedimentos de fiscalização têm a finalidade de assegurar a eficácia do controle e subsidiar o julgamento de contas, atos e contratos, compreendendo as seguintes modalidades:
- (A) vistorias operacionais; inspeções; auditorias; relatórios; e, amostragens transversais.
 - (B) acompanhamentos; inspeções; auditorias; análises; auditorias operacionais; auditorias transversais; e, análises de função de governo.
 - (C) vistorias; inspeções; auditorias; fiscalizações *ad hoc*; e, tomada de contas especiais.
 - (D) acompanhamentos; inspeções; auditorias; fiscalizações permanentes; e, relatórios.
 - (E) vistorias, acompanhamentos; auditorias; fiscalizações ordinárias; tomadas de contas especiais; e, análises.

61. A Constituição Federal, ao tratar “Dos Orçamentos”, estabelece que

- (A) a lei orçamentária anual compreenderá, entre outros, o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, dos Estados e do Distrito Federal, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, excluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- (B) a União organizará e manterá registro centralizado de projetos de investimento contendo, por Estado ou Distrito Federal, e por Município, pelo menos, análises de viabilidade, estimativas de custos e informações sobre a execução física e financeira.
- (C) a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (D) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo nessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- (E) a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, e isso se aplica, igualmente, nos casos de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados.

62. Na fiscalização contábil, financeira e orçamentária, o Tribunal de Contas da União desempenha papel constitucionalmente estabelecido, que se aplica, no que couber, às esferas estadual, distrital e municipal. Dentre as funções desempenhadas pelos Tribunais de Contas, de acordo com a doutrina e a jurisprudência, é correto afirmar que a

- (A) consultiva é aquela exercida ao emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, e na esfera municipal o parecer só deixará de prevalecer por decisão da maioria relativa dos membros da respectiva Câmara Municipal.
- (B) fiscalizatória abrange, entre outras, apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta, incluídas as nomeações para cargo em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, excluídas a administração indireta e as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (C) informativa compreende a prestação de informações ao parlamento ou a qualquer uma de suas casas ou comissões sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, não abarcando a fiscalização operacional e patrimonial, e excluindo os resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- (D) sancionatória aplica aos responsáveis, nos casos de ilegalidade da despesa ou irregularidade nas contas, as sanções previstas em lei, sem atribuir qualidade de título executivo às decisões que condenem os responsáveis em débito ou lhes aplique multa.
- (E) judicante compreende o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

- 63.** A respeito das parcerias público-privadas, assinale a alternativa correta, com base na Lei nº 11.079/2004.
- (A) As concessões patrocinadas envolvem adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, a qual deverá constituir no máximo 70% da remuneração do parceiro privado.
 - (B) Os contratos de parcerias público-privadas deverão prever a repartição de riscos entre as partes, exceto os referentes a caso fortuito, força maior, fato príncipe e álea econômica extraordinária.
 - (C) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviço de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta e pode envolver a execução de obra pública, desde que esta não seja seu único objeto.
 - (D) É possível que se exija do parceiro público a prestação de garantia das suas obrigações pecuniárias desde que por meio dos instrumentos taxativamente previstos na Lei nº 11.079/04.
 - (E) As controvérsias decorrentes dos contratos de parceria público-privada não poderão ser resolvidas por meio de arbitragem ou outro meio privado de resolução de disputas.
- 64.** Assinale a alternativa correta a respeito do regime jurídico dos servidores públicos.
- (A) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, a partir de quando somente poderão perder o cargo em caso de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
 - (B) O servidor público investido em mandato de Prefeito será necessariamente afastado cargo, hipótese em que poderá optar pela sua remuneração e terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
 - (C) A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos, sendo vedada a remuneração dos servidores públicos organizados em carreira exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
 - (D) Será permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, desde que se trate, necessariamente, de dois cargos de professor; de um cargo de professor com outro técnico ou científico; ou de dois cargos privativos de médico.
 - (E) É permitida a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo desde que em caráter temporário.

- 65.** A respeito do pregão, é correto afirmar que

- (A) poderá utilizar como critério de julgamento o tipo “menor preço” ou “técnica e preço”.
- (B) poderá ser utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns, bem como a execução de obras de menor valor.
- (C) declarado o vencedor, os licitantes terão o prazo de 10 (dez) dias para manifestar a intenção de recorrer.
- (D) a Administração Pública não poderá exigir a garantia da proposta ou o pagamento de quaisquer taxas e emolumentos.
- (E) não prevê limitação de valor para a aquisição de quaisquer bens e serviços comuns.

- 66.** Leia o caso a seguir e assinale a alternativa correta.

O Município XYZ foi atingido por fortes chuvas em uma noite do mês de janeiro. A emergência constatada provocou a interrupção dos serviços de iluminação pública e de ônibus municipais por 10 horas para a realização dos reparos técnicos necessários para a segurança das instalações e dos usuários. Em razão dos prejuízos financeiros sofridos pelos concessionários do serviço de transporte, o Poder Público resolveu aumentar em R\$ 5,00 (cinco reais) o valor da passagem de ônibus. O aumento provocou protestos dos munícipes, que contaram com o apoio de algumas categorias de servidores públicos, como policiais militares, motoristas e cobradores, que resolveram entrar em greve e reivindicar aumentos salariais e melhores condições de trabalho.

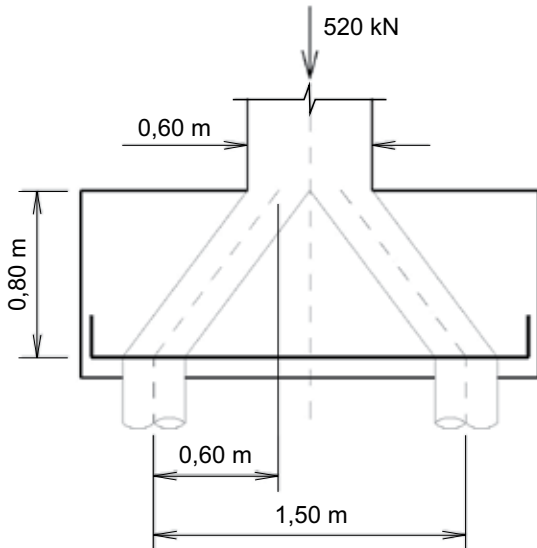
- (A) Os serviços de iluminação pública e transporte não poderiam ter sido paralisados, pois, por se tratarem de serviços essenciais, era necessária a prévia comunicação do usuário.
- (B) O movimento grevista foi legítimo, pois é assegurado pela Constituição o direito de greve aos servidores públicos nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- (C) Não havia qualquer impedimento legal para o aumento das passagens, visto que os contratos de concessão podem prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.
- (D) O aumento da tarifa, no caso descrito, viola o princípio da continuidade do serviço público, pois impede que as camadas mais humildes da população tenham acesso ao serviço de transporte pelo alto custo.
- (E) A iluminação pública, por se tratar de serviço *uti universi*, é remunerada por meio de impostos e contribuições, diferentemente do serviço de transporte, classificado como *uti singuli*.

67. De acordo com a Lei nº 8.987/95, assinale a alternativa correta a respeito da extinção das concessões públicas.
- (A) A encampação consiste na retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo de concessão por motivo de interesse público, razão pela qual se dispensa prévia lei autorizativa.
 - (B) Em caso de inadimplência do Poder Concedente, a concessionária poderá requerer a extinção da concessão, o que fará necessariamente pela via judicial, somente se autorizando a interrupção dos serviços após o trânsito em julgado.
 - (C) Em caso de inadimplência da concessionária, o poder concedente poderá extinguir o contrato de concessão imediatamente, haja vista o interesse público subjacente à continuidade da prestação do serviço.
 - (D) A caducidade é forma de extinção do contrato de concessão durante a sua vigência, por força da inexecução do ajuste por qualquer das partes.
 - (E) A incapacidade do titular da empresa concessionária, no caso de empresa individual, não é causa de extinção da concessão.
68. Com base na Lei nº 13.303/2016, assinale a alternativa correta a respeito do regime jurídico das empresas estatais.
- (A) As empresas estatais integram a Administração Pública Indireta e, portanto, poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas privadas, quando exerçam atividade econômica sujeita à competição.
 - (B) As empresas estatais elaborarão anualmente carta, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa.
 - (C) As empresas públicas poderão lançar debêntures e outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações.
 - (D) As empresas estatais estão dispensadas de divulgar a forma de remuneração de seus administradores.
 - (E) As empresas estatais não poderão solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade empresária, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários.
69. te, ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal
- (A) pratica crime de prevaricação.
 - (B) pratica crime de corrupção ativa.
 - (C) pratica crime de corrupção passiva.
 - (D) apenas pratica crime caso seja financeiramente beneficiado com a omissão.
 - (E) não pratica crime, apenas infração administrativa.
70. Assinale a alternativa correta no contexto dos crimes contra as finanças públicas.
- (A) Configura o crime de “prestação de garantia graciosa” prestar garantia em operação de crédito, ainda que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada.
 - (B) O crime de “aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura” caracteriza-se mediante a execução de ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, no ano final do mandato ou da legislatura.
 - (C) Caracteriza o crime de “inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar” ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.
 - (D) Desde que os títulos estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia, o crime de “oferta pública ou colocação de títulos no mercado” não se caracteriza, mesmo se os títulos tiverem sido criados por ato normativo que não a lei em sentido estrito.
 - (E) O crime de “assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura” configura-se quando autorizada a assunção de obrigação nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro, independentemente de a parcela a ser paga no exercício seguinte ter contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

71. Os custos unitários básicos para cada projeto-padrão, adotado na ABNT NBR 12721, que devem ser aplicados aos lotes de materiais e de mão de obra representativos do respectivo custo unitário padrão devem ser calculados por processo de atualização de preços
- (A) expedito, mensalmente, pelos sindicatos.
 - (B) analítico, mensalmente, pelas construtoras.
 - (C) expedito, trimestralmente, pelos sindicatos.
 - (D) de equivalência média, semestralmente, pelas empresas incorporadoras.
 - (E) exato, anualmente, pelo Ministério da Economia.
72. No planejamento das construções de casas de 150 m² de área construída, cuja soma dos custos diretos mais os custos indiretos da construção é de R\$ 1.300,00/m², uma empresa, que tem um custo mensal de administração central de R\$ 10.000,00, verificou que a soma dos impostos e dos custos de corretagem é 15% sobre preço de venda. Ao fixar o preço de venda em R\$ 2.000,00/m², em função das condições de mercado, o número mínimo de casas que devem ser construídas em um ano para que o lucro seja de R\$ 120.000,00 é igual a
- (A) 1.
 - (B) 3.
 - (C) 4.
 - (D) 5.
 - (E) 6.
73. Pelo método da quantificação de custo, na estimação do custo unitário de construção por metro quadrado de área equivalente de um edifício, foram considerados o custo unitário básico – CUB (R\$ 2.200,00/m²), o orçamento dos elevadores (R\$ 150.000,00), o orçamento dos sistemas de proteção contra incêndio (R\$ 30.000,00), a taxa de administração da obra (20%), o percentual correspondente ao lucro da empresa (15%) e o percentual correspondente aos custos financeiros durante o período da construção (10%). Se a área equivalente da construção é de 600 m², a estimativa de custo por metro quadrado de construção será igual a
- (A) R\$ 3.320,00.
 - (B) R\$ 3.452,00.
 - (C) R\$ 3.795,00.
 - (D) R\$ 4.123,00.
 - (E) R\$ 4.347,00.
74. No orçamento da construção de uma edificação, são apresentados os custos diretos (R\$ 655.000,00), os custos indiretos (R\$ 45.000,00), os custos da administração central (R\$ 3.000,00) e o preço de venda (R\$ 950.000,00). Se a construtora estima que os impostos sobre o preço de venda são 10%, então o lucro estimado é igual a
- (A) R\$ 95.000,00.
 - (B) R\$ 118.750,00.
 - (C) R\$ 133.000,00.
 - (D) R\$ 144.400,00.
 - (E) R\$ 152.000,00.
75. Nas superfícies executadas em obras de pavimentação com concreto betuminoso usinado a quente, devem ser feitos, entre outros, o controle da quantidade de asfalto na mistura e o controle de compressão, no mínimo, uma vez ao dia ou a cada
- (A) 500 m².
 - (B) 700 m².
 - (C) 1 000 m².
 - (D) 1 400 m².
 - (E) 2 000 m².
76. Segundo a Lei nº 9.605/1998, o processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar, entre outros, o prazo máximo de
- (A) quinze dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação.
 - (B) vinte dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação.
 - (C) trinta dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.
 - (D) trinta dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à Diretoria de Portos e Costas.
 - (E) cinco dias para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.

77. O bloco de fundação de concreto armado de duas estacas, representado na figura a seguir, está submetido a uma carga concentrada de 520 kN.



Para o dimensionamento desse bloco, a força de compressão nas bielas é igual a

- (A) 370 kN.
(B) 325 kN.
(C) 300 kN.
(D) 270 kN.
(E) 255 kN.
78. Um perfil retangular de aço MR250 de seção compacta, com largura de 100 mm e altura de 220 mm, deve ser utilizado como viga biapoiada, com contenção lateral contínua. Considerando o dimensionamento do perfil à flexão, para as combinações de ações normais, nos estados limites de escoamento e flambagem, o momento fletor resistente de cálculo é igual a
- (A) 255 kNm.
(B) 261 kNm.
(C) 263 kNm.
(D) 275 kNm.
(E) 312 kNm.
79. Para a construção de uma estrutura de madeira, serão necessárias 80 vigas com 3 m de comprimento. Se for utilizada a área mínima permitida, da seção transversal da viga, o volume dessas vigas será igual a
- (A) 1,20 m³.
(B) 1,50 m³.
(C) 1,80 m³.
(D) 2,00 m³.
(E) 2,40 m³.

80. Uma viga de concreto armado de seção transversal retangular foi dimensionada para ser executada com concreto de f_{ck} igual a 25 MPa. Os estribos são de aço CA50, com área da seção transversal de 0,5 cm², perpendiculares à armadura longitudinal de flexão, para resistir à força cortante solicitante de cálculo de 268 kN. A altura útil da seção transversal é igual a 57,5 cm e a parcela da força cortante resistida pelos mecanismos complementares ao modelo de treliça é igual a 88 kN. Se a inclinação das bielas de compressão do concreto é de 45° em relação ao eixo longitudinal da barra, o espaçamento entre os estribos com dois ramos é igual a

- (A) 10,0 cm.
(B) 12,5 cm.
(C) 15,0 cm.
(D) 17,5 cm.
(E) 20,0 cm.
81. Em um edifício, foi instalada uma bomba hidráulica cujo motor elétrico é bifásico, com tensão de 220 V, potência de 3960 W, rendimento igual a 0,80 e fator de potência igual a 0,90, que deve trabalhar com fator de serviço igual a 1,2. A corrente nominal desse motor, que deve ser utilizada para o dimensionamento dos condutores de alimentação elétrica, é igual a
- (A) 15 A.
(B) 20 A.
(C) 25 A.
(D) 30 A.
(E) 40 A.
82. Para uma instalação hidráulica de água fria, foram utilizados 35,6 m de tubulação, 3 curvas de raio longo, 2 Tês, 2 joelhos de 90° e 1 registro de gaveta. Os comprimentos equivalentes da curva de raio longo, do Tê, do joelho de 90° e do registro de gaveta são, respectivamente, 1,2 m, 7,2 m, 2,9 m e 0,6 m. Se a pressão no ponto de tomada de água é 14,4 mca e a perda de carga unitária é 0,04 m/m, a pressão no ponto final da tubulação é de
- (A) 13,6 mca.
(B) 12,0 mca.
(C) 11,4 mca.
(D) 11,0 mca.
(E) 10,8 mca.

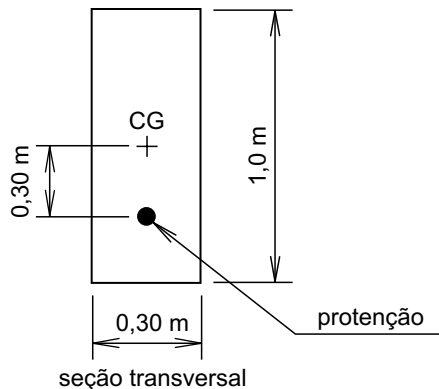
83. Uma parede com comprimento de 6,0 m e altura de 3,0 m deve ser revestida com argamassa impermeável com aditivo hidrófugo em duas camadas sucessivas, evitando-se a superposição das juntas de execução. O volume de argamassa necessária para o revestimento dessa parede, considerando 5% de perdas, é de

- (A) 0,329 m³.
- (B) 0,435 m³.
- (C) 0,486 m³.
- (D) 0,525 m³.
- (E) 0,567 m³.

84. O gesso utilizado na construção civil para fabricação de elementos, componentes e revestimento de superfícies é um aglomerante aéreo que deve atender aos requisitos físicos e mecânicos mínimos nos ensaios de massa unitária (g/cm³), de dureza (N/mm²) e de aderência (MPa), cujos valores são, respectivamente,

- (A) 300; 10; 0,10.
- (B) 500; 15; 0,15.
- (C) 600; 20; 0,20.
- (D) 800; 35; 0,42.
- (E) 900; 50; 0,50.

85. A seção transversal de uma viga biapoiada de concreto protendido, com 8,00 m de vão e seção transversal retangular de 0,30 m por 1,00 m, está representada na figura.



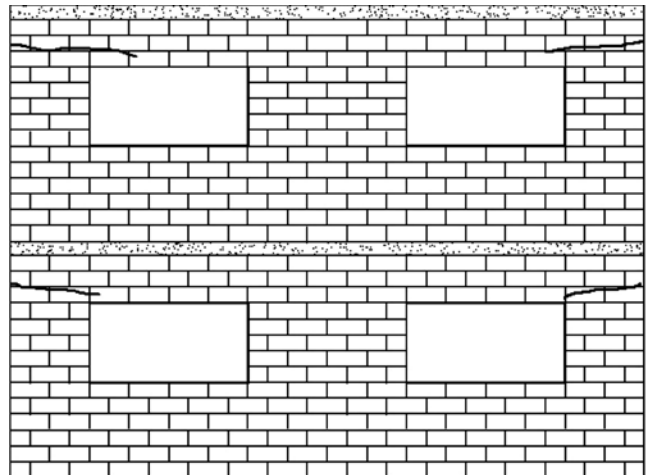
A viga está submetida a uma carga uniformemente distribuída de 40 kN/m, incluindo o seu peso próprio, e a protensão deve ser aplicada com excentricidade de 0,30 m em relação ao seu centro de gravidade em toda a extensão da viga. Se for aplicada uma força de protensão de 900 kN, a tensão nas fibras inferiores da viga será igual a

- (A) 2,0 MPa de tração.
- (B) 4,0 MPa de tração.
- (C) 6,4 MPa de tração.
- (D) 2,0 MPa de compressão.
- (E) 4,0 MPa de compressão.

86. Quanto aos cuidados que devem ser tomados durante a montagem dos elementos de concreto pré-moldado, é correto afirmar que a tolerância

- (A) da montagem em planta é de $\pm 1,0$ cm entre apoios consecutivos, não podendo exceder o valor acumulado de 0,1 % do comprimento da estrutura.
- (B) em relação à verticalidade é de $\pm 1/100$ da altura até o máximo de 5 cm, verificada logo após a montagem do elemento pilar.
- (C) em relação ao nível dos apoios é de $\pm 2,0$ cm, não podendo exceder o valor acumulado de 5,0 cm, quaisquer que sejam as dimensões longitudinal e transversal da estrutura.
- (D) em planta e em elevação para montagem dos pilares é de $\pm 5,0$ cm.
- (E) em planta para montagem dos blocos pré-moldados sobre a fundação é de $\pm 1,0$ cm.

87. A figura a seguir representa uma parede de alvenaria estrutural com fissuras que se desenvolveram predominantemente na horizontal, na região acima das aberturas e abaixo das lajes de concreto armado.



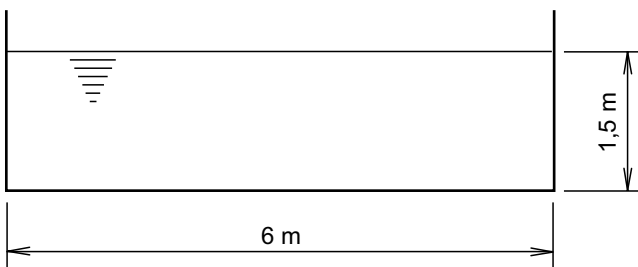
A provável causa dessa patologia é

- (A) a retração das lajes de concreto armado, por secagem.
- (B) a presença de água principalmente por capilaridade e respingos.
- (C) o recalque diferencial das fundações.
- (D) a carga vertical excessiva aplicada na alvenaria.
- (E) a carga horizontal excessiva oriunda dos ventos.

88. Para o orçamento da construção de uma obra de drenagem com tubos de concreto com DN 400 mm, foram utilizados os seguintes insumos para a composição de custos unitários: 0,60 h de pedreiro (R\$ 10,00/h), 1,0 h de servente (R\$ 7,00/h), 0,0025 m³ de areia (R\$ 160,00/m³), 1,0 kg de cimento (R\$ 0,50/kg) e 1,05 m de tubo de concreto DN 400 mm (R\$ 82,00/m). Depois de aprovado o orçamento e dada a ordem de serviço, verificou-se que o custo do tubo de concreto aumentou para R\$ 92,00/m. O custo unitário desse serviço aumentou em

- (A) 8,20 %
- (B) 9,80 %
- (C) 10,50 %
- (D) 12,60 %
- (E) 15,50 %

89. Para dar vazão às águas pluviais de uma bacia hidrográfica e evitar inundações foi projetado o canal retangular, com largura de 6 m e altura de água de 1,5 m, como ilustrado na figura a seguir.



Dado:

Fórmula de Manning:

$$Q = \frac{A \cdot RH^{2/3} \cdot i^{1/2}}{n} \text{ onde:}$$

Q = Vazão em m³/s;

A = Área molhada em m²;

RH = Raio Hidráulico em m;

i = declividade;

n = rugosidade.

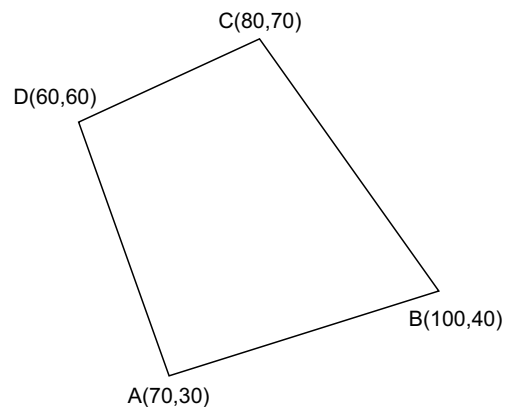
O canal deve ser construído com declividade de 1% e a rugosidade do canal é igual a n = 0,015. A vazão calculada pela fórmula de Manning, em m³/s, é

- (A) 10.
- (B) 20.
- (C) 30.
- (D) 40.
- (E) 60.

90. Um canal construído para a drenagem de uma bacia hidrográfica, com área de 103,68 km², foi dimensionado para dar escoamento à vazão média de 900 litros de água por segundo. Se o valor do coeficiente de escoamento superficial é 0,25, a precipitação anual utilizada no projeto é de

- (A) 1 095 mm.
- (B) 1 122 mm.
- (C) 1 246 mm.
- (D) 1 285 mm.
- (E) 1 346 mm.

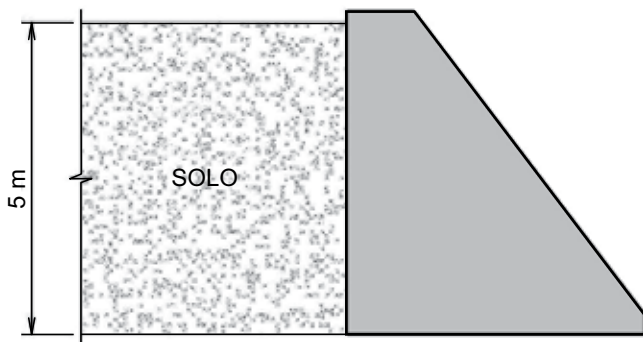
91. O levantamento topográfico planimétrico do terreno da figura resultou em uma planta com quatro vértices ABCD, cujas coordenadas estão indicadas em metros.



A área do terreno é de

- (A) 900 m².
- (B) 860 m².
- (C) 820 m².
- (D) 800 m².
- (E) 780 m².

92. O muro de arrimo da figura foi projetado para conter uma camada de solo com 5 m de altura.



O peso específico do solo é 24 kN/m^3 e o seu ângulo de atrito interno é 30° , que resulta no coeficiente de empuxo em repouso igual a $0,50$. O empuxo que o solo exerce sobre o muro de arrimo na situação de repouso é de

- (A) 100 kN/m .
 - (B) 150 kN/m .
 - (C) 200 kN/m .
 - (D) 250 kN/m .
 - (E) 300 kN/m .
93. No projeto geométrico de um trecho de estrada, há uma curva com raio de 250 m e superelevação de 4% . Se o coeficiente de atrito transversal entre o pneu e o pavimento é igual a $0,12$, e se a aceleração da gravidade for considerada igual a 10 m/s^2 , a máxima velocidade segura para essa curva é igual a
- (A) 65 km/h .
 - (B) 72 km/h .
 - (C) 80 km/h .
 - (D) 96 km/h .
 - (E) 110 km/h .

94. Segundo a Lei Federal nº 11.079/2004, a contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, estando a abertura do processo licitatório condicionada, entre outros itens, à licença ambiental prévia ou expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento, na forma do regulamento, sempre que o objeto do contrato exigir. As concessões patrocinadas em que mais de $X\%$ da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.

O valor de X é

- (A) 35% .
 - (B) 40% .
 - (C) 50% .
 - (D) 60% .
 - (E) 70% .
95. Segundo a Lei Municipal nº 16.642, de 2017, que aprova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, não está sujeita a licenciamento a execução de obra de baixo impacto urbanístico, como a
- (A) construção e demolição de obras complementares à edificação com área construída de, no máximo, 40 m^2 .
 - (B) instalação de saliência, em relação ao plano da fachada da edificação, de beiral da cobertura com até 2 m de largura.
 - (C) instalação de saliência, em relação ao plano da fachada da edificação de ornato, jardineira ou floreira, com até $0,80 \text{ m}$ de profundidade.
 - (D) construção de muro de arrimo com altura máxima de 2 m .
 - (E) passagem coberta com largura máxima de 6 m , com vedação lateral.

96. Conforme o Decreto Municipal nº 57.776, de 2017, para fins de aplicação dos índices de ocupação e aproveitamento do solo no município de São Paulo, considera-se área construída não computável aquela que, entre outras, atenda à seguinte regra:
- (A) no compartimento de uso comum de apoio ao uso da edificação, localizado no pavimento destinado a estacionamento de veículos, o vestiário de usuário de bicicleta deve ter área máxima de 30 m² para os usos residenciais.
 - (B) em prédios residenciais, admitem-se as áreas cobertas de uso comum, destinadas ao lazer, desde que não ultrapassem a área máxima de 6 m² por habitação.
 - (C) no pavimento térreo, sem vedação, de prédio de uso não residencial, admite-se o fechamento do controle de acesso das caixas de escada da edificação e dos compartimentos de apoio, limitado a 10% da área total do pavimento.
 - (D) nas coberturas de bombas nos postos de combustíveis, desde que sem vedação, admite-se o avanço de até 20% dos recuos permitidos.
 - (E) o mobiliário definido como jirau, constituído de estrado ou passadiço ou piso similar, inclusive em estrutura metálica, deve limitar-se a 250 m².
97. Segundo a Lei Federal nº 6.766, de 1979, aos Estados caberá disciplinar a aprovação, pelos Municípios, de loteamentos e desmembramentos quando
- (A) localizados em áreas de interesse especial, tais como as áreas industriais e residenciais de baixa renda.
 - (B) o loteamento ou desmembramento localizar-se em área central do município.
 - (C) o loteamento ou desmembramento pertença a mais de um município, nas regiões metropolitanas.
 - (D) o loteamento abranger área entre 100 000 m² e 400 000 m².
 - (E) o loteamento abranger área máxima de 800 000 m².
98. Segundo a NR-18, Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção, os sistemas de fixação e sustentação e as estruturas de apoio dos andaimes suspensos devem ser precedidos de projeto elaborado por profissional legalmente habilitado e suportar, pelo menos, X vezes os esforços solicitantes.
- O valor de X é
- (A) 2,0.
 - (B) 2,5.
 - (C) 3,0.
 - (D) 3,5.
 - (E) 4,0.
99. Sobre a Lei Federal nº 10.098, de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, é correto afirmar:
- (A) Os parques públicos que oferecem brinquedos e equipamentos de lazer à população, deverão ser adaptados de modo a oferecer, no mínimo, 10% de cada brinquedo e equipamentos de lazer a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
 - (B) Os edifícios públicos ou privados deverão dispor, pelo menos, de três banheiros acessíveis, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - (C) Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor de, pelo menos, três sanitários e três lavatórios que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.
 - (D) Nos eventos organizados em espaços públicos e privados em que haja instalação de banheiros químicos, o número mínimo de banheiros acessíveis deve corresponder a 10% do total.
 - (E) Nas áreas de estacionamento de veículos localizadas em vias públicas, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres para veículos que transportem pessoas com deficiência, em número equivalente a 5% do total.
100. Segundo a ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, uma escada projetada para vencer a altura de 3,50 m, com 20 degraus, deve ter dimensão mínima dos pisos igual a
- (A) 35 cm.
 - (B) 32 cm.
 - (C) 29 cm.
 - (D) 28 cm.
 - (E) 25 cm.

